

OUTROS MAPAS DIGITAIS: tensões e disputas da cidade¹

Thaís Inácio²

Um eixo possível na cidade digital-real remete, inevitavelmente, a “figuratividade” do mapa. Antes, um diferencial para aquele que soubesse deslizar pela cidade estava exatamente nessa singularidade do seu conhecimento. Mas se podemos diagnosticar uma relação cidade-mapa-cidadão que agora, ultrapassa esse estado de um saber cindido a determinados sujeitos, por outro lado, nos vemos frente a uma abertura que excede o estado das coisas na cidade até então, para ser, uma “conexão de campos”. “Uma das características mais importantes do rizoma talvez seja a de ter sempre múltiplas entradas.” (Deleuze, Guatarri, 1995, p. 21)” Então, a partir de qualquer caminho, a seguir por qualquer destino, “O mapa é aberto, é conectável em todas as suas dimensões, desmontável, reversível, suscetível de receber modificações constantemente.” (Deleuze, Guatarri, 1995, p. 21).

Os mapas digitais são, cada vez mais, a forma de experimentar a cidade. O desejo ou necessidade de chegar a um local desconhecido atravessa, quase sempre, a visita ao *Google Maps*. Tal é a interação que, algumas vezes, ao chegar a um local, o próprio aplicativo oferece a “oportunidade” de inserir fotos, descrições e novos mapeamentos. Até 2009 esse uso era exponencialmente menor e fazia um corte social importante. Áreas rurais e fragmentos da cidade, como as favelas, eram ignorados. Tais áreas eram chamadas “vazios”, apresentavam-se como um “buraco” na cartografia. No AbCiber de 2016, a democracia se atrela à cibercultura, na nossa visão, como ferramenta paradoxal. Se por um lado, inserir certos territórios no mapa é uma ação importante de identidade e cidadania, por outro, fazer parte da rede informacional permite, contabilizando prós e contras, *smarts cits* e dados cada vez mais detalhados sobre o sujeito. O problema, talvez, esteja menos na produção de dados, na intervenção tecnológica, nos aparatos e economia que se faz base para estas relações, mas

¹. Artigo apresentado ao Eixo Temático 07 – Espaço Urbano / Direito à cidade / Mobilidade do IX Simpósio Nacional da ABCiber.

². Mestranda em Comunicação e Cultura (UFRJ). E-mail: thaisirs42@gmail.com

mais, no monopólio e utilizações desconhecidas por parte de empresas e governos, o que pode nos levar ao conceito de vigilância.

Procuramos problematizar este paradoxo entre o desejo de participar e ônus de participar. Este é um contexto caro à cibercultura, pois o projeto que se desenvolve hoje dependeu fortemente da inserção de determinados hábitos tecnológicos de cada um. Esta apresentação se pauta na ideia de subjetividade de Foucault, onde os modos pelos quais nos tornamos sujeito provocam e são provocados historicamente como práticas de si. Inserir aqui seu resumo expandido contendo (não necessariamente nesta ordem): o tema ou o objeto de estudo (alinhado a algum dos Eixos Temáticos e vinculado à proposta do Simpósio); o objetivo principal; as bases teóricas da reflexão ou análise (autores e teorias fundamentais); e a justificativa (pertinência e relevância do trabalho). Partimos da experiência que tivemos durante o mapeamento com o aplicativo Wikimapia, onde acompanhamos parte do processo durante os anos de 2012 a 2014. Além de nos referenciar ao trabalho de Fernanda Bruno no grupo de pesquisa MediaLab/UFRJ e no livro “Máquinas de ver, modos de ser: vigilância, tecnologia e subjetividade”.

Documentário levanta principais questões simbólicas e práticas sobre as regiões marginalizadas que não pertencem ao mapa oficial da cidade³

Apesar das tentativas de mapeamento colaborativo ou dos esforços de algumas instituições não-governamentais, ainda existem áreas da cidade que são representadas como “vazios cartográficos”. “Existe uma população que é invisível, porque nem num documento que deveria reconhecer toda a cidade, os moradores da favela fazem parte disso. A importância para a gente é... primeiro tem esse lado político, né?” esclarece Eliana Sousa, presidente da Redes de Desenvolvimento da Maré. As favelas do Rio de Janeiro não são representadas nem nos mapas oficiais do Instituto Pereira Passos, nem nos mapas digitais do Google. Eram apenas nomeados e sinalizados como “favelas”, mas suas ruas e vielas não eram demarcadas. Porém, recentemente, à pedido da Prefeitura do Rio de Janeiro, possivelmente pela proximidade da Copa e dos Jogos Olímpicos, a palavra “favela” foi substituída por “morro” nos mapas do Google, o que sugere que tais regiões não são habitadas. Estamos falando de favelas como a Rocinha, Santa Marta, Maré, entre outras, que já são, inclusive, registradas como bairros. Em sua entrevista, Michel Silva, jornalista

³ Texto publicado em <https://todomapatemumdiscurso.wordpress.com/sobre/>

comunitário da Rocinha, explica: “A Rocinha é considerada bairro desde 1993, só que quando você olha no Google, não tem nenhuma rua, no caso, registrada. Só aquelas ruas lá da entrada. Não tem do Laboriaux, não tem a rua da Caxopa, são ruas tradicionais, que todo mundo conhece. A Rocinha, ela é conhecida internacionalmente e não tem nada no Google?”

Questões Simbólicas

“Mapas geralmente são percebidos pela maioria, pelo leigo, como sendo dotados de uma objetividade ao nível máximo. O mapa tem uma subjetividade que é intrínseca e que não pode ser ignorada.” conclui um dos entrevistados, Vitório Benedetti, Gerente de Design, Explore & Connect, Nokia HERE. Não estar no mapa vai muito além de questões simbólicas como a autoestima do morador, mas este também não deixa de ser um fator fundamental como conta Paulinho Otaviano, morador e Guia local no Santa Marta “O fato de você não estar no mapa, pra mim é meio que, gera uma sensação excludente, entendeu? Que a gente não faz parte da cidade, que a gente não faz parte do roteiro tradicional.“. Além de reforçar o preconceito em relação ao que realmente existe naquela região. Dummont, ator e produtor do Enraizados, explica parte do movimento que cria este muro entre favela e asfalto: “Existe um estigma sobre a Baixada fluminense, sobre as favelas, em relação à população, que está intimamente relacionada à “achologia”. Quem só usa a televisão como forma de acesso ao conhecimento, que é a grande maioria, infelizmente, ainda, copiou e colou o estigma de favela, o estigma de Baixada Fluminense.”

O filme apresenta três iniciativas que lidam com esta autorepresentação dos territórios: A TVDOC no Capão Redondo, a ESPOCC na Maré e o Viva Rocinha. Essas iniciativas de mídia independente procuram se articular dentro do monopólio de informações mostrado por Dummont. Luis Henrique Nascimento ao apresentar a ESPOCC esclarece: “A primeira pergunta é se a favela pode criar a sua própria autorrepresentação, a própria narrativa sobre si mesmo. E se essa narrativa, se ela pode enfrentar a narrativa dominante que posiciona a favela como um lugar precário, de coitadinho, de carência, violento, sujo. “

Questões Práticas

Dálcio Marinho, Geógrafo do Observatório de Favelas, enumera um importante ponto quando expõe a diferença entre os bairros vizinhos Bonsucesso e Maré: “Os investimentos dedicados à Grande Bonsucesso nem sempre serão destinados, disponibilizados para a Maré, é importante afirmar: a Maré é um bairro. No planejamento orçamentário da cidade, na distribuição de recursos não é a mesma coisa destinar X para a grande Bonsucesso e pensar que a Maré tá envolvida, tá contemplada com isso.” Assim, o desenvolvimento local fica obstruído para investimento social, político e econômico. “O geo, hoje, tem uma grande vantagem, ele é acessado por todo mundo, os mapas transformam o que são informações complexas em informações muito fáceis de entender. Toda informação tem um componente geográfico.” alerta Pedro Figoli, CEO da GeoFusion. Apesar de pagar a conta de luz, por exemplo, vários moradores não recebem suas contas em casa, precisam ir buscar nas associações de moradores. Ou seja, a Light e várias empresas entram nas favelas, mas não conseguem oferecer seus serviços como acontece no restante da cidade. Imagine como é localizar um morador que não possui o nome da sua rua instituído e regulamentado. Como prestar algum reparo?

Moradores

O documentário também mostra algumas histórias de moradores que lutam pela comunidade, como José Carlos, que trabalha no CEACC da Cidade de Deus: “Estou na Cidade de Deus desde 66, vim transferido da Marques de São Vicente, parque proletário da Gávea. Chegando à minha casa um dia, meu barraco estava no chão e falaram: – Entra no caminhão que você vai morar em outro lugar agora. Colocaram a minha mudança no chão e disseram: aqui é sua casa. Eu não sabia o que fazer, entrei no emprego da minha mãe e falei: – Mãe, a nossa casa agora é na Cidade de Deus.”

Entre outros moradores, a Tuca, Cantora e Atriz, também contou um pouco: “A minha história começou quando teve um temporal em 66, que eu vim para cá, minha irmã foi para a Fazenda Modelo e eu vim para a Cidade de Deus.”

Alternativas

Na tentativa de dar conta desta realidade, moradores e pessoas interessadas, se articulam em projetos em resposta à omissão do Estado. O documentário apresenta instituições como o Vida Real, fundada por um ex-gerente geral do tráfico na Maré, o Tião: “muitas das vezes a gente faz aqui na instituição o papel que era para o Estado fazer.” Essas iniciativas pretendem realizar projetos estruturantes, que a longo prazo possam mudar a vida do morador e se tornarem um direito. “Nós potencializamos nossa disputa sobre o que o Estado vai fazer na sociedade civil. Esse é o nosso ponto de apoio. O ponto de apoio construindo na sociedade civil uma base para que o Estado incorpore isso como política pública, mesmo sabendo que, ao incorporar, as pressões que existem na sociedade pode fazer com que esse projeto perca a força utópica, que esse projeto seja desconstruído, que esse projeto seja alterado. Mas não importa, porque isso é uma conquista. Isso é uma conquista. Cada incorporação de direitos do Estado é uma conquista da sociedade.” diz Edu Alves, diretor do Observatório de Favelas e Cientista Social. Assim como salienta Edu, a incorporação do Estado é delicada também pela questão eleitoral. Rodrigo Nascimento, Poeta e Pesquisador do Observatório de Favelas, declara: “Sempre, a cada mudança de governo, o governante não quer ter aquele projeto vinculado ao governante anterior. Então, existe essa questão política aqui no país. Essa descontinuidade é um problema. E a questão de avaliação e monitoramento, é uma prática que a gente não encontra em nenhuma política pública, praticamente. Você vai ter em níveis diferentes, mas é um problema grave, ninguém quer avaliar, ninguém quer monitorar as suas próprias ações. Tudo isso muito vinculado à questão eleitoral, porque você vai ter uma avaliação e vão aparecer coisas boas e coisas ruins. Em uma avaliação séria, você vai ver pontos positivos e negativos, mas ninguém quer... filho feio não tem pai.”.

A tecnologia pode ser e é tratada como um apoio de desenvolvimento dessas áreas. Natalia Ainsengart Santos, Geógrafa e Diretora Executiva do Programa Rede Jovem, lembra que ela é fundamental, principalmente na questão principal do filme, os mapas: “A ideia é que o mapa seja dinâmico, né? Pra gente não continuar reproduzindo a questão do mapa no papel porque em 6 meses ele muda e se a gente não acompanhar isso no sistema colaborativo, não tem o menor sentido.”

Outro apontamento importante é o foco no desenvolvimento local, a partir dos próprios moradores. Paulinho Otaviano, guia do Santa Marta, conta como é feito o processo de turismo dentro da comunidade: “A gente estimula o turista a almoçar na comunidade, conhecer o restaurante, oficina de pipa, a gente leva as crianças pra ensinar turista a fazer

pipa. Estimular, de uma forma que toda a comunidade esteja participando deste processo, que é um processo de abertura. E a gente tá abrindo as portas, não só pro turista estrangeiro, como pro brasileiro também. Muitos cariocas vivem próximo da comunidade e nunca tiveram a oportunidade de conhecer uma favela, então a gente procura fazer essa interação, essa integração.” Françoise Trapenard, presidente da Fundação Telefônica/Vivo, reafirma a importância de valorizar o que é de dentro: “Eu acredito muito do comércio dentro da própria comunidade. E muitas vezes as pessoas que estão lá também desconhecem o recurso, não é apenas uma ponte entre a periferia e a cidade, entre a comunidade e a cidade. Mas é uma ponte entre eles mesmos. E eu acredito muito que você gerar mecanismos que fortaleçam o comércio local, é gerar mecanismos de inclusão, de desenvolvimento e sustentabilidade daquele próprio espaço.”

O Wikimap

O Projeto Wikimap iniciou sua trajetória em 2009, mapeando algumas comunidades no Rio Janeiro. Em 2013, o projeto se expandiu alcançando inclusive a Baixada Fluminense e São Paulo. A experiência e todas estas questões com que o projeto se deparou, motivaram o Programa Rede Jovem, idealizador do Wikimap, a produzir o documentário “Todo mapa tem um discurso”. Os potenciais desses territórios, que hoje a Organização conhece bem mais, precisavam ir adiante. Foram entrevistados parceiros, instituições representativas que lidam com as mesmas questões, moradores e jovens.

Natalia Ainsengart Santos, Geógrafa e Diretora Executiva do Programa Rede Jovem, explica uma das principais marcas do projeto. “O nome do projeto Wikimap carrega a questão wiki porque isso tá na veia do projeto. A ideia é ser colaborativo, é garantir que todo mundo produza conteúdo, insira conteúdo e que isso não passe por uma moderação.” Além do mais importante, a realização do projeto acontecer primordialmente a partir da mobilização comunitária, com participação efetiva dos próprios moradores. “A gente podia chegar aqui na vendinha do lado: Oi, senhora, tudo bem? Eu sou do Wikimap, me fala um pouquinho, eu quero botar a sua vendinha no mapa. Só que isso pra gente não faz muito sentido, a gente quer, na verdade, que vocês, as pessoas que moram aqui dentro, digam o que tem, o que que é legal, o que que não é legal,”, finaliza Patrícia Azevedo, Antropóloga e Diretora Estratégica do Programa Rede Jovem.

Segundo Thereza Lobo, Socióloga, Diretora do Rio Como Vamos e testemunha dos primeiros passos do projeto, “O Wikimap, começou como uma experiência, não se sabia muito bem no que aquilo podia dar.”

Participação e Vigilância

No documentário Todo mapa tem um discurso, um dos entrevistados, Vitório Benedetti, Gerente de Design, Explore & Connect, Nokia HERE argumenta “Mapas geralmente são percebidos pela maioria, pelo leigo, como sendo dotados de uma objetividade ao nível máximo. O mapa tem uma subjetividade que é intrínseca e que não pode ser ignorada.” A partir desse alerta começamos pela necessária desnaturalização, um movimento óbvio para a crítica, mas que nos escapa nos paralelos do cotidiano. Benedetti desestabiliza, assim, a informação que vemos nos mapas. Do mesmo modo, o convite a criar cartografias, que modulam não apenas diretrizes de latitude e longitude, nos intriga. Existem, o que mais tarde foram chamados de “mapas afetivos”? A ideia de cartografar, ou seja, dispor em espaço representacional, informações que se relacionam com um léxico que já “pertence” à cidade, é também uma provocação à noção de dependência que sempre assumimos com uma figura que legitime documentos e espaços sólidos, que possam nos aliviar à excessiva pluralidade. No caso do Rio de Janeiro, o projeto Wikimap se mostrou interessado em “colocar a favela no mapa”, mas com um diferencial importante, colaborativamente. Segundo Aisengart, “O nome do projeto Wikimap carrega a questão wiki porque isso tá na veia do projeto. A ideia é ser colaborativo, é garantir que todo mundo produza conteúdo, insira conteúdo e que isso não passe por uma moderação.”⁴ Fazer parte da inserção dos dados que, ao fim, narram sua própria cidade, esta era a proposta. Tivemos a oportunidade de acompanhar fragmentos do projeto e vimos proliferar diversos mapas durante este período, entre 2009 e 2014. Surgiram outras plataformas de inserção de dados na cidade, como o Tá no Mapa⁵, gerenciado pelo Grupo Afroreggae e patrocinado por ninguém menos que o *Google Maps*. Outras iniciativas de código aberto também apareceram, enfim, estava anunciada e realizada uma multiplicidade de narrativas da cidade, linhas desconhecidas sendo traçadas compulsoriamente, dadas à sorte e a nova identidade que se tornava possível.

⁴ . Ver mais em <https://todomapatemumdiscurso.wordpress.com/sobre/>

⁵ . <http://www.tanomapa.org/>

“Os atuais movimentos de participação e colaboração são alvo de uma série de embates, dada a sua potencialidade na abertura de novas formas de fazer política, arte, conhecimento e cultura. Não por acaso, é exatamente aí que investem as próprias vias do controle, procurando capitalizá-los em seu favor. Identificar e problematizar as relações entre vigilância e participação é fundamental para desviar esse potencial do destino policial que lhe reserva uma das faces do impulso participativo na cibercultura”. (BRUNO, 2009.)

Em nossa apresentação problematizamos esse direito à cidade e à forma participativa de “se colocar” em questão. Bruno propõe o termo “vigilância distribuída” exatamente para ressaltar a “colaboratividade”, para a autora, trata-se do “estado geral da vigilância nas sociedades contemporâneas”, ou seja, “descentralizado” e “não-hierárquico”:

“uma vigilância que tende a se tornar incorporada a diversos dispositivos, serviços e ambientes que usamos cotidianamente, mas que se exerce de modo *descentralizado, não hierárquico* e com uma diversidade de propósitos, funções e significações nos mais diferentes setores.” (ibdem, p. 3, grifo nosso)

A intervenção se potencializa exatamente no eixo débil entre a diversidade de usos e a variedade de propósitos, nenhum dos dispositivos se apresentam próprios a vigilância, mas a assumem, assim que é dado o momento. No caso do mapa participativo da cidade, que promete inserir territórios marginalizados, há vantagens que se mostram motivadoras para a promoção do espaço. A primeira delas é a divulgação de pequenos serviços dentro da comunidade, segundo os próprios moradores que passaram pela experiência, muitos deles não conhecem seu bairro. Algumas vezes, se dirigem a outros locais para obter produtos e serviços, mas, a partir de “uma lista de páginas amarelas” virtual, o comércio local promete se revigorar. Além desse ponto que sublinha a ação de “se anunciar” especula a noção de identidade e autoestima. Estabelecer que um espaço é seu, e que é parte do seu cotidiano, é, segundo os moradores, pertencimento. Disputa as hierarquias de espaço na cidade e chama para seu lugar algum charme que parecia ignorá-lo. Até aqui, listamos dois motivos pelos quais os moradores eram convocados a aderir aos mapeamentos. Depois, outros aplicativos, pautados pelo GPS que inseria os dados na base do Google, poderiam ainda estabelecer uma gameficação, como acontece no FourSquare, que trabalha com check-ins e pontuações entre os usuários.

“A noção de distribuição busca designar um processo amplo e espalhado, mas descentralizado, sem hierarquias estáveis e multifacetado, pleno de ambiguidades. O adjetivo distribuído ressalta, ainda, uma tensão que provém do seu uso na qualificação de formas atuais de comunicação, sobretudo no ciberespaço e suas redes e ambientes recentes em que vigem a interação e a participação dos usuários”. (Ibidem, p. 4)

As palavras distribuição e participação parecem se atrelar, e estar ancoradas nos processos comunicacionais à que somos convidados a interagir no cotidiano, se tornando medida de sociabilidade e status em determinados contextos. Ainda assim, na mesma plataforma surgem resistências e hackeamentos, dobras de todas as saídas, inventivas e urgentes para si mesmas. Aqui nos defrontamos. No mesmo local que se vigia, se cria, se age, se hackeia, torna-se hackeável. Trata-se de um fluxo instável, mas que apresenta fraturas.

“De fato, vemos crescer, sobretudo no âmbito do ativismo político e da arte, projetos que constroem regimes de observação e visibilidade produtores de deslocamentos efetivos nas vias convencionais de poder, controle e vigilância. Tais projetos são tão mais interessantes quanto mais criam modos de visão, atenção e cuidado consigo e com o outro que escapam à lógica da suspeição generalizada, da delação, da inspeção policial, da prevenção constante frente ao risco.” (p. 13)

Os cruzamentos entre participação e a vigilância, vigora “ao menos de dois grandes modos na cibercultura: nos recursos que as diversas formas de participação proveem à vigilância digital (BRUNO, 2008) na transformação do usuário produtor em vigilante.”

“Quanto aos espaços urbanos, as relações entre mapa e vigilância ficam ainda mais estreitas a partir do século XVIII, quando se constroem mapas cada vez detalhados para a inspeção, controle e previsão de processos urbanos. No século XIX, a técnica cartográfica, a estatística e as ciências humanas e sociais se articulam para mapear processos sociais, biossociais, econômicos, políticos etc. Nos Estados Unidos, a primeira dessas radiografias sociais é o Statistical Atlas, de Francis Walker, em 1874, com 44 mapas com dados sobre imigração, etnia, religião, tendências econômicas, densidade populacional: (...) Ainda no século XIX, mapas de doenças e crimes são produzidos, constituindo uma cartografia das mazelas e dos perigos sociais que se amplia no século XX. (...) Tais mapas expressam “estatísticas morais”, termo cunhado pelo próprio Guerry, indicando níveis de crime e pobreza, entre outros fenômenos sociais (Idem).

A figura usuário produtor se mescla a do vigilante, interinamente essas figuras estão se cambiando, embora o que nos preocupe, seja a ignorância quanto ao processo. As figuras

mapa e cidade também, se convocam. O que realmente está a acontecer? Trata-se de um mapa, de identidade, de autoestima, de comércio local? Nos parece, por hora, que essa relação reside na força da profusão e da distribuição, no cotidiano hiperconectado.

Palavras-chave: cidade; cartografia colaborativa; vigilância distribuída; mapas digitais.

Referências bibliográficas

- ANTOUN, Henrique. (org). **Web 2.0: vigilância e participação na era da comunicação distribuída.** Rio de Janeiro: Mauad, 2008.
- BRUNO, Fernanda. Mapas de crime: vigilância distribuída e participação na cibercultura. **Compós.** 2009.
- _____. Máquinas de ver, modos de ser: visibilidade e subjetividade nas novas tecnologias de informação e de comunicação. **Revista Famecos:** mídia, cultura e tecnologia, Número 24, 2004.
- DELEUZE, Gilles; GUATTARI, Félix. **Mil platôs:** capitalismo e esquizofrenia. São Paulo: Ed. 34, v.1, 1995.
- FELINTO, E.; ANDRADE, V. **A vida dos objetos:** um diálogo com o pensamento da materialidade da comunicação. Contemporânea, v. 3, n. 1, 2005.
- LEMOS, A. **Cibercultura:** alguns pontos para compreender a nossa época. In: LEMOS, A; CUNHA, P (org.). Olhares sobre a cibercultura. Porto Alegre: Sulina, 2003.
- LYON, David. **Surveillance, security, and social sorting:** the emerging research agenda. International Criminal Justice Review, 17: 2, 2007.
- PIMENTA, Ricardo M. **Big data e controle da informação na era digital:** tecnogênese de uma memória a serviço do mercado e do estado. Tendências da Pesquisa Brasileira em Ciência da Informação, v. 6, n. 2, 2013. Disponível em: <<http://basessibi.c3sl.ufpr.br/brapci/v/a/16097>>. Acesso em 10/01/17.
- SOUZA E SILVA, Adriana. **Do ciber ao híbrido:** Tecnologias móveis como interfaces nos espaços híbridos. In: ARAUJO, D. (Org.). Imagem (Ir) realidade. Comunicação e cibermídia. Porto Alegre: Sulina, p. 21-51, 2006